



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VILA REAL, REALIZADA NO DIA 11 DE
DEZEMBRO DE 2012**

N.º 28/2012

PRESIDÊNCIA: Manuel do Nascimento Martins - Presidente da Câmara.-----

VEREADORES PRESENTES: Domingos José Monteiro Madeira Pinto, Maria Dolores Alves Ferreira Monteiro, Miguel de Matos Esteves, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida e Francisco José Ferreira da Rocha.-----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve.-----

SECRETARIOU: Eduardo Luís Varela Rodrigues - Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

HORA DE ABERTURA: Declarada aberta pelo Senhor Presidente, quando eram 10 horas.-----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve.-----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada.-----

SUMÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL

1. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 20113
2. – Adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto7

CÂMARA MUNICIPAL

- Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013

----- 1. - No cumprimento do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), e nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º e do artigo 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, é presente à reunião as Grandes Opções do Plano - constituídas por um Documento Estratégico, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano das Atividades mais Relevantes do Município (PAM) - e Orçamento para 2013, com o valor global de € 35 000 000 quer na Receita como na Despesa, cujos documentos se anexam.

Antes de se iniciar a discussão sobre o assunto, os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte Declaração de Repúdio:

“Chegados a dezembro, é normal o executivo municipal ser chamado a pronunciar-se sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal numa das suas mais importantes atribuições e competências de ação executiva, dado que se trata de um documento que aborda os principais domínios da vida da autarquia como sendo a educação, ordenamento do território e urbanismo, água e saneamento, rede viária, iluminação pública, ambiente, proteção civil, transportes, equipamentos urbanos, desporto e cultura, ação social, entre outros. Normal seria também que **todo** o executivo camarário, sem qualquer exceção, se debruçasse **atempadamente** sobre um documento de tão manifesta importância.

Nesse sentido, os vereadores do Partido Socialista não podem deixar de manifestar o seu desagrado e indignação pela forma discriminatória e pouca ética de tratamento, especialmente no que diz respeito ao conhecimento **muito tardio** destes documentos estruturantes e de extrema importância na vida da autarquia. Como oposição participativa, responsável e construtiva que se tem vindo a manifestar e a afirmar, através da apresentação de propostas alternativas, coerentes e exequíveis mereceria uma maior consideração na consensualização das datas de reuniões e na distribuição atempada dos documentos para análise, por forma a poder acrescentar os contributos qualitativos que a caracterizam e, por conseguinte, melhorar o documento em causa.

Não é possível admitir que, a atual maioria PSD, com responsabilidades políticas tão elevadas no concelho de Vila Real, possa praticamente ignorar e colocar de fora da discussão dos documentos supracitados, os vereadores do PS, elementos integrantes deste executivo municipal e de pleno direito pela força do voto dos vila-realenses.

Esta conduta merece o repúdio dos vereadores do Partido Socialista de Vila Real.” -----

-----DELIBERAÇÃO: 1- Aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2013, com o voto contra dos Vereadores do Partido Socialista que apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Tal como vem sendo hábito, o executivo municipal do PSD da Câmara Municipal de Vila Real voltou a disponibilizar documentos de importância fundamental, como são o Orçamento e GOPs, muito tardiamente. De facto, não nos parece que facultar estes documentos, de grande complexidade, a 4 dias da sua votação, possa ser considerado um gesto de boa fé. Não será afastando e ignorando quem pensa de forma diferente o futuro do concelho, que o PSD evitará a crítica legítima dos eleitos da oposição. Consegue, isso sim, evitar o diálogo e a discussão saudável, que permitiria a construção de projetos comuns e a idealização de soluções participadas, a bem dos Vila-realenses.

Apesar da manifesta escassez de tempo, o Partido Socialista debruçou-se sobre os documentos e apresentou algumas dezenas de propostas a incluir no Plano de Atividades Municipal, que o executivo do PSD decidiu, mais uma vez, ignorar. Desta forma, fica claro que o PSD é o único responsável pelos documentos apresentados, pelas políticas e eles inerentes, pela sua execução e pelas suas consequências.

O Orçamento Municipal de Vila Real baixou o seu valor global de 45 milhões de euros em 2012, para 35 milhões de euros previstos para 2013. Esta diminuição de 10 milhões de euros não representa, no entanto, um melhor cuidado na gestão dos dinheiros públicos por parte da Câmara Municipal. Esta diminuição de 10 ME resulta integralmente do desaparecimento de fundos comunitários provenientes do QREN, destinados a apoiar projetos no concelho de Vila Real. Projetos como as Piscinas do Calvário (3.367.500€), a Qualificação do Bairro de Santa Maria (369.800€), o Terminal de Transportes (2.430.800€) ou o Parque de Estacionamento do Calvário (510.000€), apenas para dar alguns exemplos. Esta foi uma decisão tomada pelo governo central, mas que conta com o silêncio cúmplice do executivo municipal Vila-realense. Lembramo-nos bem de quando este Executivo atacava o governo anterior pela baixa execução do QREN. Não se verifica agora a mesma determinação, apesar das gravosas consequências para o concelho. Depois do fim da linha aérea, das obras no túnel do Marão, do fim dos benefícios fiscais à interioridade ou da introdução de portagens nas autoestradas da região, esta é mais uma ofensa a quem teima em viver no interior e nomeadamente em Vila Real.

Mas se diminuem 10 ME as transferências de capital, até aumentam um pouco as previsões de receitas correntes da Câmara Municipal, de 20 ME em 2012 para 22,4 ME em 2013. Num momento tão difícil para os Portugueses em geral e os Vila-realenses em particular, seria de esperar que estas verbas suplementares fossem canalizadas para reforçar o apoio social municipal, a aposta na educação ou na dinamização da actividade económica do concelho.

Infelizmente tal não se verifica. Ao contrário do que vem sendo proposto pelo PS, o PSD opta por reforçar a máquina municipal, naquilo que nos parece ser a preparação para as eleições autárquicas que se aproximam. De facto, as verbas suplementares que a Câmara Municipal prevê arrecadar no próximo ano são quase todas direccionadas para rubricas que em nada atenuam as dificuldades esperadas para as pessoas e para as famílias, fruto da governação desastrosa do governo de Pedro Passos Coelho. Prova do que afirmamos está nos próprios números do orçamento proposto pelo PSD:

- As despesas de funcionamento dos serviços municipais, em dois edifícios, aumentam 356.900 euros em um ano;
- Os encargos com comunicações aumentam 66.100 euros;
- Estão previstos mais 366.300 euros em estudos, pareceres e consultadoria, passando o valor global para 744.400 euros;
- O orçamento para publicidade quase duplica, passando de 107.450 euros em 2012, para 211.850 euros em 2013;
- As Juntas de Freguesia sofrem um corte global de cerca de 90.000€, agravando as suas dificuldades;
- As verbas destinadas, no PAM, ao 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico são cortadas em 251.900 euros;
- Também a rubrica da Ação Social Escolar sofre uma diminuição de 238.600 euros.

Estes são apenas alguns exemplos que demonstram a insensibilidade social do executivo municipal do PSD e o seu total alheamento em relação às dificuldades das pessoas e das famílias. De facto, apenas o aumento do

orçamento para aquisição de serviços (740.800€) é superior à totalidade das verbas previstas para Ação Social (691.500€) no próximo ano. Por todas estas razões o Partido Socialista votará contra o Orçamento e GOPs do executivo PSD. A falta de visão, a inexistência de uma linha definidora do concelho e de políticas locais que ajudem as pessoas e as famílias a ultrapassar um dos momentos mais difíceis da história recente, são a marca da atual gestão camarária. Queremos um concelho mais dinâmico, preocupado com os seus jovens, com a criação de emprego, com a dinamização empresarial e económica. Consideramos que as freguesias rurais do concelho merecem mais respeito, mais competências e maior financiamento. Não nos conformamos com a gestão cansada e antiquada do PSD e mantemos a nossa determinação em contribuir para que Vila Real concretize o seu potencial e esteja melhor preparada para enfrentar o futuro.”

2 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea b) n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

- Adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto

----- 2. - Presente à reunião proposta do Senhor Presidente do seguinte teor:

“A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do

peçoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Considerando que:

- O n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (EPDAL) estabelece que os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas às regras e critérios previstos no aludido diploma até 31 de dezembro de 2012, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais (RJOSAL);
- Compete à Assembleia Municipal aprovar, nos termos da lei, a reorganização dos serviços municipais em conformidade com a alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;
- Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do art.º 6.º do RJOSAL aprovar o modelo de estrutura orgânica (hierárquico, matricial ou misto, conforme dispõe o n.º 1 e 2 do art.º 9.º do aludido diploma);
- Compete à Assembleia Municipal aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares (direções municipais e departamento municipais) em conformidade com a alínea b) do art.º 6.º do RJOSAL;
- O Município de Vila Real, atentos os critérios de provimentos previstos nos artigos 6.º a 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, está habilitada a prover os seguintes dirigentes:

Dados de Suporte:

- *População Residente (Censos 2011) = 51 850*
- *População em Movimento Pendular (Censos 2011) = 9 496*
- *População = 61 346*
- *Dormidas Turísticas por ano civil (INE 2011) = 47 990*
- *Transferências OE 2012 (FEF + FSM + IRS) = € 10 611 620,00*
- *Permilagem das transferências OE = 4,646%0*

1. Nos termos do art.º 6.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **Diretor Municipal (Cargo de Direção Superior de 1.º Grau) = 0**
2. Nos termos do art.º 7.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **Diretor de Departamento Municipal (Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau) ou equiparado:**
POPULAÇÃO > = 40.000 (1 Diretor de Departamento Municipal por cada 40.000) = 1
PARTICIPAÇÃO NOS FUNDOS > = 2/1000, acresce 1 Diretor de Departamento Municipal = 1
DORMIDAS > = 400.000.00 (1 Diretor de Departamento Municipal por cada 400.000, com um limite de 4) = 0
Total de Diretores de Departamento Municipal passíveis de serem providos = 2
3. Nos termos do art.º 8.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **Chefe de Divisão Municipal (Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau) ou equiparado:**
POPULAÇÃO Até 10,000 (2 Chefes de Divisão), entre 10.001 e 20.000 acresce 1 Chefe de Divisão, por cada fração inteira de 10.000 acresce 1 Chefe de Divisão Municipal = 8
DORMIDAS > = 100.000.00 (1 Chefe de Divisão Municipal por cada 100.000, com um limite de 6) = 0
Total de Chefes de Divisão Municipal passíveis de serem providos = 8
4. Nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau**
POPULAÇÃO > = 40.000 (1 Titular de Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau por cada 40.000 com um limite de 6) = 2
Total de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau passíveis de serem providos = 2

Em resumo: **TOTAL DE TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO**

Total de Diretores Municipais passíveis de serem providos = 0

Total de Diretores de Departamento Municipal passíveis de serem providos = 2

Total de Chefes de Divisão Municipal passíveis de serem providos = 8

Total de Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau ou Inferior passíveis de serem providos = 2

- A estrutura orgânica dos serviços municipais pode ainda prever cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior conforme dispõe o n.º 2 do art.º 4.º Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, cuja área e requisitos de recrutamento, identificação dos níveis remuneratórios e competências são aprovados pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal;
- Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (unidades orgânicas lideradas por dirigentes titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau ou inferior), nos termos da alínea c) do art.º 6.º do RJOSAL, estando cometida à Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, as aludidas unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, conforme dispõe a alínea a) do art.º 7.º do RJOSAL;
- Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo total de subunidades orgânicas (serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente coordenador técnico) nos termos das alíneas d) do art.º 6.º, competindo ao Presidente da Câmara Municipal a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, dentro daquele limite, em conformidade com o disposto no art.º 8.º do RJOSAL;

Face aos considerandos enunciados, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o artigo 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro:

- I. O modelo de estrutura orgânica **Hierarquizada**;
- II. Uma estrutura nuclear composta por dois Departamentos Municipais, liderados por titulares de cargos de Direção Intermédia de 1.º Grau, Diretor de Departamento:

A. Departamento Administrativo e Financeiro (DAF), com as seguintes atribuições:

- Assegurar o apoio logístico e garantir os procedimentos administrativos essenciais ao funcionamento dos órgãos municipais, nomeadamente no que se refere ao expediente, convocatórias, e distribuição atempada das ordens de trabalho e documentação necessárias às reuniões;
- Secretariar e dar apoio administrativo às reuniões da Câmara Municipal, remetendo à Assembleia Municipal as deliberações e matérias que, nos termos da lei, careçam da aprovação ou conhecimento desse órgão;

- Organizar, registar, digitalizar e remeter a correspondência recebida as diferentes unidades orgânicas, bem como efetuar a verificação da correspondência expedida, assegurando a gestão do endereço eletrónico do Município;
- Executar as tarefas administrativas de carácter geral que não estejam cometidas a outros serviços, designadamente a emissão de certidões, autenticações e notificações;
- Assegurar a prestação dos serviços de telefonista, reprografia, portaria, limpeza e de vigilância nas instalações municipais;
- Garantir o processo de planeamento económico e financeiro e respectiva gestão financeira e orçamental;
- Gerir o património municipal, independentemente da sua natureza, de modo a fornecer à câmara a informação que sustente decisões de valorização, alienação, aquisição, cedência, manutenção ou outras formas de oneração do património, e elaborar todos os atos processuais necessários à obtenção da declaração de utilidade pública para fins expropriativos;
- Conduzir os processos de contratação pública de aquisição de bens e serviços e de empreitadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade.
- Controlar as participações municipais em entidades societárias e não societárias, tais como fundações, associações, parcerias com outras entidades públicas e privadas;
- Estudar, propor e dar execução às políticas municipais relativas aos recursos humanos, designadamente quanto à gestão do mapa de pessoal e de carreiras, ao recrutamento e seleção, à aplicação do regime jurídico do pessoal, à formação profissional, ao apoio social aos colaboradores, à saúde e higiene e segurança, à instituição do sistema de avaliação do desempenho, às previsões financeiras quanto a encargos do pessoal, no quadro de um sistema integrado de gestão de recursos humanos;
- Zelar pela legalidade da atuação do município, prestando assessoria jurídica, acompanhamento de processos judiciais em que o município seja parte, assim como pugnar pela adequação e conformidade normativa dos procedimentos administrativos;
- Organizar os atos inerentes aos processos eleitorais;
- Garantir o apoio logístico ao funcionamento do Julgado de Paz e à Comissão Arbitral Municipal;
- Assegurar, através do processo de execução fiscal, a cobrança coerciva de dívidas para a qual o município seja competente nos termos da lei.
- Garantir a organização e instrução de processos de contra ordenação em conformidade com a lei.
- Definir, planear, instalar e gerir os sistemas integrados de informação e comunicação, nomeadamente nas vertentes das redes internas de comunicação, segurança, *hardware* e *software*, de acordo com os requisitos da estratégia de modernização técnica e administrativa.
- Centralizar e gerir o atendimento genérico de munícipes, assegurando a coordenação dos espaços, recursos e demais canais afetos a este fim, com exceção do atendimento especificamente atribuído aos outros serviços;
- Organizar os processos relativos à toponímia e numeração de polícia assegurando as atualizações topográficas e cadastrais respetivas.

B. Departamento de Planeamento e Gestão do Território (DPGT), com as seguintes atribuições:

- Contribuir para a definição fundamentada dos objetivos de desenvolvimento, e decisões de planeamento estratégico do concelho.
- Assegurar a elaboração dos instrumentos de gestão do território e as atividades relativas à gestão, licenciamento e autorização das operações urbanísticas e à fiscalização técnica urbanística no âmbito da estratégia global do desenvolvimento municipal;
- Garantir as tarefas de conceção, e controlo da execução dos projetos, contribuindo para elevar o padrão de qualidade das infraestruturas municipais;
- Gerir o espaço público no que respeita à ocupação da via pública e do subsolo, assegurando a articulação de todas as intervenções no mesmo;
- Elaborar e executar projetos de intervenção nas áreas do trânsito e transportes, contribuindo para o ordenamento da circulação e para a segurança rodoviária.
- Assegurar a construção, conservação e reabilitação dos edifícios e equipamentos municipais, designadamente os escolares e destinados a práticas culturais ou desportivas.
- Conceber os meios e promover as medidas de proteção do ambiente, através da sensibilização ambiental, da gestão e manutenção dos espaços verdes, dos cemitérios e dos serviços de limpeza e higienização do espaço público.
- Gerir o parque de viaturas e máquinas e os armazéns.
- Recolher, acompanhar e difundir pelos serviços a informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, designadamente, contratos-programa, com interesse para o município;
- Instruir os processos de candidatura e acompanhar as fases de apreciação e aprovação, até à homologação pelas autoridades competentes;
- Acompanhar a execução física e financeira dos projetos com financiamento, assegurando a gestão dos dossiers financeiros.

III. O n.º máximo de 10 (dez) unidades orgânicas flexíveis, das quais 8 (oito) lideradas por titulares de cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefes de Divisão) e 2 (duas) lideradas por titulares de cargos de Direção Intermédia de 3º Grau (Chefes de Serviços), atentos os critérios de provimento previstos nos artigos 8.º e 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

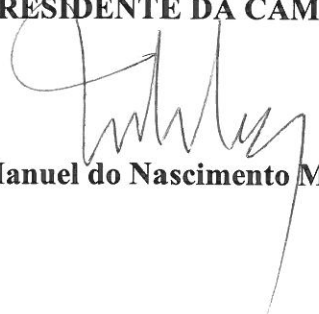
IV. A fixação das despesas de representação abonadas aos titulares de cargos de Direção Intermédia de 1º e 2.º graus no montante igual ao fixado para o pessoal da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº 2 do artigo 31º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

----- 3. - E não havendo mais nada a tratar, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para efeitos consignados no n.º. 4 do art.º. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, com funções de Secretário que a mandei elaborar. Seguidamente foi encerrada a reunião quando eram 12,00 horas.-

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO,


(Eduardo Luís Varela Rodrigues)

O PRESIDENTE DA CÂMARA,


(Manuel do Nascimento Martins)